

**INSTIGAR A PENSAR
E A QUESTIONAR:
O SENTIDO DO ENSINO
DE FILOSOFIA**

**Série Educação Geral, Educação Superior e
Formação Continuada do Educador**

Editora Executiva

Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afranio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis Da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof. Dra. Margarita Victoria Rodrigues – UFMS

Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP – IFPR

Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidade Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Universidad de Granada/Facultad de Ciencias de la Educación

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Prof. Dra. María del Carmen L. López – Facultad Ciencias de La Educación / Granada

Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidade Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

CARMEN LÚCIA FORNARI DIEZ
(ORGANIZADORA)

**INSTIGAR A PENSAR
E A QUESTIONAR:
O SENTIDO DO ENSINO
DE FILOSOFIA**

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Instigar a pensar e a questionar : o sentido do ensino de filosofia /
Carmen Lúcia Fornari Diez, (organizadora). – Campinas, SP : Mercado
de Letras, 2012. -- (Série educação geral, educação superior e forma-
ção continuada do educador)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-234-8

1. Filosofia 2. Filosofia - Estudo e ensino I. Diez, Carmen Lúcia Fornari.
II. Série.

12-10876

CDD-107

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia : Estudo e ensino 107

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

capítulo 1

“APRENDER A VER, APRENDER A PENSAR, APRENDER A
FALAR E ESCREVER”: CONDIÇÕES INTEGRANTES DO
CONCEITO DE *BILDUNG* NO *CREPÚSCULO*

DOS ÍDOLOS DE NIETZSCHE 19

Jorge Luiz Viesenteiner

capítulo 2

OS PENSADORES NA ANÁLISE DOS

PROBLEMAS DE SEU TEMPO: LIÇÕES 49

Bruno Pucci

capítulo 3

FILOSOFIA, POLÍTICA E HISTÓRIA: OBSERVAÇÕES ACERCA

DE SUA RELAÇÃO NO ENSINO DE FILOSOFIA 75

Anita Helena Schlesener

capítulo 4

PESQUISA SOBRE ENSINO DA FILOSOFIA E
FORMAÇÃO DOCENTE: PERCURSOS E INCURSÕES 89
Elisete Medianeira Tomazetti, Ivonei Freitas da Silva
Katuska Izaguirry Marçal e Tatiana de Mello Ribeiro

capítulo 5

RETRATO ATUAL DO ENSINO DE FILOSOFIA E
DO USO DO TEXTO CLÁSSICO DE FILOSOFIA NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ 117
Geraldo Balduino Horn e Wilson José Vieira

capítulo 6

ENSINAR FILOSOFIA OU CRIAR FILÓSOFOS?
REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA E O SEU ENSINO 149
José Fernandes Weber

capítulo 7

POLÍTICAS DE LA ENSEÑANZA DE LA FILOSOFÍA:
DE LA UTOPIA DEMOCRÁTICA DE AMADEO JACQUES
A LA REPETICIÓN CREATIVA DE ALAIN BADIOU 173
Gustavo Ruggiero

capítulo 8

SÓCRATES NOVAMENTE NA BERLINDA 199
Arlindo Alberton e Carmen Lúcia Fornari Diez

POSFÁCIO – ENSINO DE FILOSOFIA EM TEMPOS
DE GLOBALIZAÇÃO: PARA ALÉM DA INFORMAÇÃO 215
Airton Carlos Batistela e Maria de Lourdes Pinto de Almeida

SOBRE OS AUTORES 235

*Para Giovanni Fornari – in memoriam
semeador de ideias para o agir em educação.*

APRESENTAÇÃO

O título desta coletânea é também o desígnio para o qual nos conduzimos, pois entendemos que instigar a pensar e a questionar é o sentido mesmo da filosofia desde suas origens. Não obstante, nas primeiras práticas pedagógicas formais para o ensino de filosofia no Brasil, outra perspectiva que se fazia presente. A educação do país no período colonial era predominantemente religiosa, promovida especialmente por padres franciscanos, beneditinos, agostinianos, mercedários, capuchos franceses, carmelitas, clero secular e jesuítas — sendo estes últimos os que registraram suas atividade com maior regularidade, possibilitando dados a partir dos quais foi escrita a história da educação da época. O método jesuítico chamado *ratio studiorum*, detalhava os conteúdos das várias disciplinas — incluindo autores e textos autorizados —, modos de condução do ensino, além do perfil do educador. Ao definir “os dotes” que o professor de filosofia deveria ter, o método aponta a formação teológica e delinea os tipos que não servem para esta docência: “Os [...] inclinados a novidades ou demasiado livres nas suas opiniões, deverão, sem

hesitações, ser afastados do magistério” (Franca 2011). Destarte, apenas os conservadores se mantinham no ensino de filosofia.

Estar a serviço do poder, contudo, não foi privilégio da filosofia, mas atitude corrente desde os tempos primários por parte de várias instituições sociais – a exemplo de educação e religiões. E se hoje isto causa indignação, significa que temos – os indignados – outra leitura de mundo e outros projetos filosóficos, quiçá transformadores.

A preocupação com tais questões provocou a organização deste livro que tem como tema o ensino de filosofia. Os textos tratam da temática, tanto refletindo as práticas pedagógicas relativas ao ensino de filosofia, como realizando análises filosóficas que podem contribuir ao aprofundamento dos estudos pertinentes.

No primeiro capítulo – *Aprender a ver, aprender a pensar, aprender a falar e escrever: condições integrantes do conceito de Bildung no Crepúsculo dos ídolos de Nietzsche* – o Professor Jorge Luiz Viesenteiner, analisa contextualmente o capítulo “O que os alemães estão perdendo” do Crepúsculo dos ídolos, a fim de esclarecer em que medida as três tarefas indicadas por Nietzsche – ‘aprender a ver, aprender a pensar, aprender a falar e escrever’ – são horizontes teóricos integrantes do conceito de *Bildung* para o filósofo alemão. Trata-se de percorrer a trajetória teórica do capítulo em questão – pensado originalmente para ser parte de uma primeira versão do ‘Prólogo’ ao Crepúsculo dos Ídolos –, desde o diagnóstico do crepúsculo da *Bildung* até as indicações finais afirmativas das três tarefas, que são preparatórias à produção de uma espiritualidade nobre e capaz de intensificar as forças humanas criadoras. Viesenteiner disserta sobre as três tarefas como contramovimento e que demandam educadores cujas especificidades delineadas por Nietzsche, evocam as que gostaríamos fossem dos professores que ensinam filosofia.

No segundo capítulo – *Os pensadores na análise dos problemas de seu tempo: lições* – o professor Bruno Pucci mostra como,

sendo os filósofos, antes de tudo, pessoas do mundo em que vivem, utilizam-se das ferramentas da razão – análise, reflexão, crítica – para interpretar os problemas de seu mundo e assim contribuir teoricamente para a superação/solução dos mesmos. E nesse embrenhar-se nos desafios sociais e culturais, constroem categorias de análise, metodologias de abordagem, teorias que iluminam caminhos. A maneira de os filósofos intervirem nos problemas é pela teoria. Assim Platão, ao procurar entender os desafios políticos da Grécia em que vivia, construiu uma República, em que seu dirigente primeiro deveria ser um filósofo, pois esse tinha condições de atingir as ideias dos seres; do mesmo modo, Kant, no contexto do Iluminismo do século XVIII, em busca da fundamentação sólida à ciência moderna, não contente com as teorias racionalistas cartesianas, que não davam a devida consideração à experiência dos homens, e sacudido pelas instigações empiristas de Hume, constrói uma nova maneira de se fazer ciência em que a tensão entre entendimento e realidade se torna imprescindível para que se dê o conhecimento. O presente texto se propõe a considerar as lições de dois pensadores mais recentes, que, desafiados pelos problemas de seu momento, nos trouxeram horizontes novos de interpretação da realidade: Arthur Schopenhauer (1788-1860), que, em diálogo com o desenvolvimento da ciência de seu tempo e em contraposição ao caminho dialético e racionalizado que os epígonos de Kant construíram em suas reflexões filosóficas (Fichte, Hegel), também ele partindo de Kant, nos mostra que o mundo é representação (fruto de um conhecimento), mas é, primordialmente, querer, sentimento, paixões, irracionalidade, e, com isso compõe outra maneira de ver a ciência, a natureza, o belo e a moral. O segundo pensador é Theodor Adorno (1903-1969), filósofo e músico, que obrigado a se exilar pela perseguição nazista (ele era filho de judeu) buscou guarida nos EEUU, país tecnologicamente mais avançado do mundo nos anos 40 do século passado, e, em contato com a mercantilização dos valores culturais do capitalismo na era das revoluções das máquinas, criou, junto com Horkhei-

mer, a categoria “indústria Cultural” e, com ela, uma original maneira de se enxergar a cultura, a educação, a arte de seu tempo. Mas o presente texto quer dar um passo além: quer mostrar que, assim como o fizeram Schopenhauer, Adorno e outros pensadores, novos desafios são colocados com o extraordinário desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que exigem dos pensadores profundas intervenções reflexivas para que os contemporâneos não se deixem consumir de vez por elas.

A professora Anita Helena Schlesener escreveu o terceiro capítulo, intitulado *Filosofia, Política e História: observações acerca de sua relação no ensino de Filosofia*, no qual se propôs retomar alguns aspectos da relação entre filosofia, política e história, a fim de efetuar algumas considerações sobre a necessidade dessa relação no contexto do ensino da filosofia. A base teórico-metodológica para a reflexão foram os escritos de Gramsci, apoio para explicitar a importância do ensino da filosofia na formação de um pensamento coerente e crítico. Partiu, ainda, do pressuposto que não existe uma filosofia, mas filosofias e sempre se escolhe uma delas. A importância de uma filosofia pode ser avaliada tanto pelo seu conteúdo inserido em um contexto histórico quanto pelas possibilidades de análise que ela promove a partir de suas proposições conceituais e metodológicas.

Schlesener entende a educação como um processo de formação do homem para a vida em sociedade e propugna que toda filosofia porta uma ontologia e uma antropologia, em torno das quais se define o que é educação. A educação do indivíduo tem um caráter social impresso pela comunidade e que orienta a ação e o comportamento, na assimilação das normas e leis que unem a sociedade em torno de determinados objetivos. Para esta estudiosa, compreender a relação entre filosofia, política e história exige que se retome alguns aspectos da formação da sociedade moderna a fim de esclarecer como se constrói a sociabilidade atual e qual a importância do ensino da filosofia ou das filosofias historicamente elaboradas.

O quarto capítulo – *Pesquisa sobre ensino da Filosofia e formação docente: percursos e incursões* – foi constituído pelos estudos da professora Elisete Medianeira Tomazetti e seus orientandos de mestrado e doutorado – no PPGE da Universidade Federal de Santa Maria: Ivonei Freitas da Silva, Katiuska Izaguirry Marçal e Tatiana de Mello Ribeiro. Os autores partem da evidência de que nos movimentamos em territórios caracterizados por noções dicotômicas, como a que pressupõe que tanto a formação docente quanto as pesquisas acerca dessa atividade é da alçada dos campo educacional e a esse restrita, mas que, no entanto há esboços de aproximação cada vez maior entre a Filosofia e a Educação; o objetivo do capítulo, então, é pensar a pesquisa sobre ensino e formação docente em filosofia como problema filosófico, considerando que essas duas questões estão intrinsecamente relacionadas. O primeiro aspecto que os pesquisadores se dedicam é discorrer sobre o fato de que as pesquisas sobre ensino da disciplina realizam-se preponderantemente nos Programas de Pós-Graduação em Educação, apesar de timidamente adentrarem o território dos cursos de graduação com a recente instituição de projetos como, por exemplo, o PIBID. Pensar questões como as relações entre o ensinar e o aprender Filosofia significa procurar fazer um diagnóstico do presente do ensino da Filosofia, das suas condições e possibilidades no contexto escolar brasileiro e das questões que neste ensino estão implicadas. Daí, um segundo aspecto abordado apoia-se na asserção da urgência de, igualmente, problematizar a formação docente em Filosofia; especialmente, com a obrigatoriedade da Filosofia no nível médio da Educação Básica. Em suma, independentemente de ser um professor que ensina Filosofia ou alguém que pesquisa sobre o ensino da Filosofia, a aposta dos autores é na exigência de colocar-se permanentemente diante das concepções e dos sentidos tanto sobre a Filosofia quanto do seu ensino, observando o contexto em que tal ensino se realiza. E essa situação, que é permanente, compõe-se de uma *atitude de resistência*, pois, a necessária justificação de um fazer filosófico efetivo em sala de aula é, em si, uma resposta filosófica.

O professor Geraldo Balduino Horn – do PPGE da UFPR – e o mestrando Wilson José Vieira, desenvolvem artigo a partir de pesquisa empírica, cujo objetivo foi compreender o sentido e lugar do texto clássico de Filosofia nas aulas de Filosofia do Ensino Médio. A reinserção da Filosofia como disciplina obrigatória do currículo do Ensino Médio em todo território nacional e, particularmente, a forma como a mesma vem ocorrendo no estado do Paraná, foi determinante para a realização estudo. Os dois estudiosos apresentam um diagnóstico sobre o modo como a Filosofia está inscrita como disciplina curricular nas escolas públicas paranaenses, bem como uma análise da maneira como os professores entendem o uso do texto clássico nas aulas de Filosofia. O levantamento empírico foi realizado entre agosto e dezembro de 2010 a partir de questionários respondidos por 148 (aproximadamente 10%) professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, de um total de 1377 questionários enviados. Em 2010 a Filosofia, em função da Lei 11.684/08, que tornou obrigatório o seu ensino no Ensino Médio, a disciplina passou a figurar em todas as 1429 escolas com Ensino Médio e ao menos em duas séries. Em relação ao uso do texto, os autores depreenderam que de alguma forma os textos de Filosofia estão presentes nas salas de aula, mas que nem sempre a formação possibilita condições efetivas de trabalho com o texto filosófico.

O sexto capítulo – *Ensinar filosofia ou criar filósofos? Reflexões sobre a filosofia e o seu ensino* –, é da autoria do professor José Weber. Seu propósito é apresentar algumas reflexões implicadas no tema ensino de filosofia. Embora reconheça tanto a possibilidade quanto a razoabilidade do ensino da filosofia, estrutura a argumentação em torno de algumas exigências críticas, quais sejam: primeira, a existência de condições específicas; segunda, reconhecer que não há filosofia sem problemas filosóficos; terceira, perceber que perguntar, por si só, não é filosofar; quarta, reconhecer que não há estudo da filosofia sem a leitura de textos filosóficos; quinta, reposicionar a relação entre consciência crítica filosófica e o problema da transfor-

mação social; e sexta, reformular a discussão sobre a possibilidade ou a impossibilidade, mostrando que ela é mal posta enquanto não se estabelece a distinção entre, por um lado, o ensino e o aprendizado filosóficos, e por outro, a criação de uma teoria filosófica. Ou seja, sem que se perceba que há uma diferença fundamental entre aprender e ensinar um conjunto de ideias, de conceitos ou de um sistema de pensamento e criar um sistema de pensamento, o problema continuará sendo mal posto. Por fim, indica-se sumariamente, a título de conclusão, o que se poderia esperar do ensino de filosofia.

Da Universidad Nacional de General Sarmiento, da Argentina, o professor Gustavo Ruggiero elaborou o sétimo capítulo, refletindo sobre *Políticas de la enseñanza de la filosofía: De la utopía democrática de Amadeo Jacques a la repetición creativa de Alain Badiou*. Entende o autor que o lugar da filosofia nas instituições escolares foi e é objeto de debate. Para alguns, a presença da filosofia nos sistemas escolares se justificará por que a consideram uma importante ferramenta para a construção da cidadania, da formação ética ou o desenvolvimento de valores consoantes com os direitos humanos. Os que subscrevem a este caráter, de algum modo *instrumental* da filosofia, estão mais próximos daquela tradição liberal ilustrada que confiava na pedagogização da sociedade, promovendo a liberdade do indivíduo pela via da transmissão de conhecimentos. Desde um lugar diferente, que é o das teorias que de modo genérico poderíamos chamar reprodutivistas, se denuncia esta confiança na igualdade futura de todos os cidadãos como resultado de sua ilustração, enfatizando as contradições do liberalismo e dos modos de sua reprodução: entre educar para formar sujeitos livres e a promoção da obediência de indivíduos governáveis se verifica uma tensão sem solução. Enquanto subsistema do sistema social, toda educação institucionalizada atualiza irremediavelmente a reprodução da ordem social dominante. Deste modo, a filosofia, em sua capacidade de nomear as inconsistências da ordem social, em sua potencialidade agregadora e em seu irreverente trato com os saberes socialmente

legitimados, não poderia ter lugar em uma instituição que antepõe como critério de admissibilidade dos saberes, sua contribuição à continuidade das tradições e dos laços que ligam a sociedade. Em suma, enquanto os primeiros ressaltaram o caráter funcional da educação em geral e da filosofia em particular, os segundos subtraíram o caráter eminentemente político do problema da educação institucionalizada. Ruggiero propôs, então, revisar o processo de institucionalização do ensino de filosofia que ocorreu durante o século XIX no Rio de Janeiro, sob o impulso de Amadeo Jacques, que realçou a intenção do projeto moderno de associar o ensino de filosofia à formação de cidadãos. Ali o vínculo entre o ensino de filosofia e as políticas de Estado começaram a configurar um campo problemático que se estendeu até o presente. Daí Ruggiero identificou uma segunda instância para trabalhar sobre filosofia, educação e Estado, quando tal ensino se coloca como problema propriamente filosófico que, em última instância é político, por tratar-se de um conflito entre a continuidade dos saberes e das práticas socialmente legitimadas e sua virtual interrupção. Nesta segunda inflexão da reflexão, recorreu a aportes de Jacques Rancière e Alain Badiou, com os quais esboçou um possível aparato crítico filosófico para pensar a relação entre o ensino de filosofia, a política e o Estado contemporâneo.

No oitavo capítulo uma vivência pedagógica de sala de aula é relatada por Arlindo Alberton e sua orientadora no PPGE da Uniplac, Carmen Lucia Fornari Diez. O texto surgiu de uma conversa entre os autores a respeito de alternativas metodológicas para o ensino de filosofia, quando Alberton contou sobre sua prática pedagógica na disciplina Filosofia do curso de Direito na Universidade do Contestado Curitiba (UnC/SC). Ao ouvir a experiência Diez sugeriu que escrevessem um artigo para narrar a atividade que surgiu a partir da necessidade de estudar às diretrizes gerais do direito na Grécia Clássica, principalmente a partir dos escritos de Platão. No primeiro momento da vivência, os acadêmicos foram desafiados a ler a Apologia de Sócrates e fazer incursões que demonstrassem a crítica

às leis e à sociedade ateniense. Este trabalho despertou o interesse em aprofundar o tema e buscar novas perspectivas para o julgamento do filósofo sábio, com base nos referenciais bibliográficos. Foi planejado, então, um novo julgamento, preservando os fatos e as falas da época. A composição do Júri teve a participação de cinquenta e dois alunos do curso, distribuídos em diversas funções: corpo de juízes, acusação e defesa, além dos sujeitos que estiveram na cena histórica. Os acadêmicos os tiveram um prazo de quinze dias para pesquisa e organização documental. Quando foi realizado o evento, personagens como Meleto, Ânito, Trasíbulo e a profetisa se fizeram presentes, diante de um empolgado corpo de acusadores e defensores que não mediam esforços para defender suas teses. O próprio Sócrates representava-se e por várias vezes interferiu com seus questionamentos e sua ironia, característicos. A comunidade acompanhou o trabalho dos acadêmicos, bem como alunos de ensino médio que estudavam o mesmo período filosófico. Ao final de quatro horas de intensos debates, os jurados, escolhidos junto à comunidade e sem vínculos com os acadêmicos, retiraram-se para a votação dos quesitos. Na sentença final o acusado foi considerado inocente e as acusações improcedentes, contrariando o julgamento histórico de Sócrates. A alternativa metodológica suscitou incursões por questões do direito criminal, direito civil, conceitos de poder, vontade, virtude, ética e política, dentre outros.

Finalmente, em um posfácio, Maria de Lourdes Almeida e Airton Batistela, mostram que em tempos de globalização o Ensino de Filosofia deve ultrapassar o nível de mera informação. Historiam desde a Grécia Clássica quando se deu a superação do mito pela filosofia. O objetivo do estudo é evidenciar a realidade que se vive, de um país que tem como representatividade o modo de produção capitalista, coordenado e comandado por uma sociedade civil e política burguesa, com uma ordem social e econômica definidas pelo antagonismo entre capital e trabalho representado pelas classes sociais constituídas por esse embate, que apresenta, de um lado as classes dominantes e de outro as classes subalternas, que não nos

possibilita autonomia de consciência, ou então, que nos impõe modelos comportamentalistas próprios da elite dominante. Neste espaço os autores propõem uma discussão mais aprofundada sobre os reflexos desse contexto histórico no Ensino de Filosofia e reafirmam um pressuposto fundamental para se constituir um caminho do pensar filosófico: o de que o homem é um ser pensante, é meditativo e não é necessário que a meditação nos leve até “*regiões superiores*”. É preciso que nos fixemos sobre aquilo que nos é próximo. O caminho se faz a partir do enraizamento. É da circunstância que devemos partir. É a partir do solo natal que podemos iniciar nosso percurso filosófico.

Retomando o objetivo da coletânea, podemos evocar Foucault quando questiona: “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível o descaminho daquele que conhece?” (Foucault 1984, p. 13).

Ensinar filosofia é, naturalmente, aprender filosofia. É abrir-se ao inusitado. É instigar ao inusitado, aos descaminhos, ao novo...

Tal tarefa está posta ao educador comprometido com seu mister.

Carmen Lúcia Fornari Diez
Lages, abril de 2012

Referências

FOUCAULT, Michel (1984). *História da sexualidade: uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

FRANCA, Leonel (2011). *Ratio studiorum*. HISTEDBR, Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. *Fontes escritas: Ratio studiorum*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm. Acesso em: 03/2011.